

jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Coarazeiro, 35, tel.: 854-2122 (PARX).



JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1949)

Director Responsável

RUY MESQUITA

Directores

João Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Moraes
Oliveiros S. Ferreira

A volta à realidade e o teatro dos "históricos"

Em mais de um de seus incontáveis lanços demagógicos — é bom não esquecer que naquela ocasião já estava aceso o debate da sucessão estadual — o então governador Leonel Brizola, em dezembro de 1985, resolveu estatizar 16 empresas privadas de ônibus que detinham 22% da frota que servia à população da região metropolitana do Grande Rio de Janeiro. Alegou, então, o caudilho moreno que os serviços prestados por estas empresas, "que atuavam em forma de cartel", eram ruins e não atendiam às necessidades dos cidadãos de seu Estado e que, em nome da justiça e do interesse "social", o Estado assumiria mais esta função.

O secretário dos Transportes de Brizola, deputado Brandão Monteiro, atualmente líder do PDT na Assembleia Nacional Constituinte, foi visitar as empresas encampadas e lembrou a seus funcionários o "sentido histórico" daquela decisão do socialismo moreno de estatizar parte dos transportes urbanos do Rio: "Todos, neste momento, estão observando esta experiência de encampação. Não podemos fracassar porque essa pode ser uma direção a ser tomada em todo o País".

Agora, dois anos e alguns dias após a estatização decretada pelo sr. Leonel Brizola, seu substituto, Wellington Moreira Franco, decidiu desistir da desapropriação e vai devolver as empresas a seus antigos proprietários. Antes que elas virem sucata total. Uma nota oficial do governo do Estado do Rio de Janeiro, divulgada na semana passada, mostra, sucinta e contundentemente, os motivos dessa desistência.

"Os dados a seguir são suficientemente claros para expor à opinião pública os equívocos cometidos em seu nome e os prejuízos a ela transferidos ao longo da ação estatizante que agora se extingue", reza o documento:

1 — Ao ser iniciado o processo de estatização, em dezembro de 1985, as 16 empresas visadas operavam 2.180 ônibus. Esse número, por falta de manutenção, despencou para 1.219 até março de 1987, quando assumiu o atual governo. A intensidade dessa depreciação (grifo nosso) foi tal que só 400 ônibus foram passíveis de recuperação total. Os usuários, assim, passaram a dispor de menos ônibus em serviço, pouco tempo depois de um ato cujo propósito era exatamente o contrário (grifo nosso).

2 — O número original de funcionários naquelas empresas era de 10.900, equivalente a 5,0 empregados por ônibus. Os responsáveis por sua estatização foram também responsáveis pela contratação de 1.121 novos empregados até março de 1987. Para oferecer um serviço pior — menos ônibus —, o Estado passou a pagar mais — 9,86 empregados por ônibus (grifo nosso).

3 — Até dezembro de 1985, quando eram administradas de forma autônoma, essas empresas mantinham suas contas atualizadas e todas apresentavam lucro operacional. A estatização, ao contrário, serviu para que acumulassem dívida de Cz\$ 1.119 bilhão (Cz\$ 378 milhões junto a fornecedores; Cz\$ 743 milhões junto à Previdência Social). Quinze delas apresentam hoje déficit operacional. O pagamento desses ônus caberia finalmente aos contribuintes. (idem).

4 — Ao decretar a estatização, o então governo estadual depositou judicialmente apenas parte (Cz\$ 175 milhões) da indenização total (Cz\$ 725 milhões) fixada pela perícia judicial. Para pagar o restante dessa indenização, correção e juros, seriam necessários hoje Cz\$ 4,3 bilhões, o dobro do que valem, no mercado, todos os ônibus operando atualmente nas 16 empresas.

5 — Desde sua estatização, nenhuma dessas empresas reuniu capacidade financeira suficiente para comprar ônibus novos. Assim, toda a frota em circulação está no limite técnico de sua vida útil.

6 — Para indenizar os expropriados, pagar as dívidas que se acumularam sob a gestão estatal, expandir e renovar a frota, seriam necessários hoje investimentos superiores a Cz\$ 13,6 bilhões — só disponíveis mediante a cobrança de mais impostos à população. (idem).

Diante deste brilhante resultado, as empresas estão sendo entregues a seus ex-donos sem que eles tenham direito de se ressarcir de quaisquer prejuízos e sob o compromisso de que desistiram de todas as ações judiciais que impetraram. Para desmentir a pecha de "gananciosos e exploradores da população" que o sr. Brizola quis lhes passar quando tomou-lhes as empresas, eles aceitaram todas as condições impostas pelo governador Moreira Franco, inclusive a de investir na aquisição de novos ônibus e no Programa de Construção de Equipamentos Conexos (terminais, pontos, estações, entre outras melhorias), no Programa de Assistência aos Rodoviários, no Programa de Humanização do Trabalho e no Programa de Recuperação e Modernização das Empresas.

Em outras palavras: depois dessa amarga experiência, o governo do Estado do Rio de Janeiro, através de detalhados estudos realizados por um grupo de trabalho formado pelo procurador-geral do Estado, pelo procurador-geral da Justiça e pelos secretários dos Transportes, Planejamento e Fazenda, reconhece que só as empresas privadas têm condições de oferecer à população um bom serviço de transportes. O governo, como em quase tudo que se mete, mostrou-se perdulário, incompetente, irresponsável e, como sempre, corrupto.

Esse episódio das companhias de ônibus estatizadas no Rio de Janeiro é apenas um entressumir função que não são próprias da área pública. Em todos os casos o resultado é infalível: corrupção e empulso que se juntam para engordar o bolso e os currais eleitorais dos governantes de plantão, enquanto os serviços para uma população que paga cada vez mais caro por eles se deterioram. Assim como nas empresas de ônibus estatizadas no Rio de Janeiro, temos algumas centenas de outras empresas privadas estatizadas sob o mesmo pretexto "social" ou estatais "de nascimento" e órgãos oficiais "bichados" pela corrupção e pelos desperdícios. Segundo uma velha declaração do ministro Aloísio Alves, de 1985, só o governo federal possuía, naquele ano em que a "Nova República" ainda não tivera oportunidade de mostrar todos os seus dentes, cerca de 300 mil funcionários públicos ociosos que ninguém se preocupava em eliminar — bem ao contrário —, pois, como lembra a nota oficial do governo do Estado do Rio de Janeiro acima citada, é possível cobrir os efeitos desses abusos "mediante a cobrança de mais impostos à população".

Quem quiser mais um exemplo de absurdos desse tipo que são cometidos no setor público é só examinar o balanço do setor siderúrgico em 1985, divulgado na semana passada. Apesar dos aumentos muito acima da inflação (423,84%) decretados pelo governo para os preços dos aços produzidos pelas siderúrgicas estatais e da injeção de 17 bilhões de dólares de dinheiro de impostos no sistema Siderbrás (a famosa "operação de saneamento financeiro" que, como sempre, não "saneou" coisa nenhuma), o setor siderúrgico terminou o ano com um prejuízo próximo dos 80 bilhões de cruzados, dos quais mais de 80% correm por conta das estatais (o setor privado que produz, principalmente, aços não planos e especiais leve, também como sempre, reajustes de preços menores que os decretados para os aços produzidos pelas estatais: 344% para os não planos e 330% para os especiais e, ainda assim, não se salu tão mal).

E quem quiser entender, para além da eterna empulhação das explicações oficiais, por que, por mais que aumentem os impostos sobre os assalariados e as empresas, nunca se recupera a tal "capacidade de poupança e investimento do Estado" e por que a miséria continua crescendo na terra que Caminha já sabia farta como nenhuma outra, é só transpor para monstros do tamanho das siderúrgicas, dos bancos, das companhias de petróleo etc., etc., etc., hoje nas mãos do Estado brasileiro em todas as suas instâncias, as mesmas práticas que levaram à dilapidação das companhias de ônibus cariocas que, há dois anos, o caudilho do socialismo moreno desapropriou dando lucros. Esta é a única doença da economia brasileira...

Um bom exemplo da única "doença" da nossa economia

Empenhado em restabelecer um mínimo de confiança no governo Sarney, o ministro Malton Ferreira da Nobrega não perdeu tempo em mostrar sua preferência por uma gestão econômica ortodoxa, temperada pelo bom senso e pelo respeito à realidade. Assim, em lugar das surradas teses demagógicas defendidas nos últimos três anos, período da ditadura da minoria radical do PMDB, o ministro da Fazenda vem apresentando à Nação uma estratégia que, se não inclui todos os remédios necessários para nos livrar dos males das "mágicas" peemedebistas, é racional e inclui, como parte essencial, a negociação civilizada com os credores externos e o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a renúncia a qualquer tipo de choque antinflacionário. Não é pouca coisa num país cujo governo fazia questão, até aqui, de alardear a inspiração "política" e ideológica de sua gestão econômica...

Em poucos dias, apesar da tempestade política permanente que vivemos em razão dos tumultuosos trabalhos do Congresso Constituinte, o sr. Malton Nobrega conseguiu enviar à sociedade alguns sinais tranquilizadores — a começar pela crítica aos que o precederam implícita em sua ênfase no realismo e no bom senso — extremamente importantes para — se forem além das palavras — pôr fim à atual fase de paralisia das decisões econômicas. Sem hesitar, o ministro declarou às vésperas das negociações com os credores externos privados que "o Brasil está disposto a assinar um acordo com o FMI, importante não só pelo volume de recursos que ingressará no País, mas também pela contribuição à negociação com os países-membros do Clube de Paris e à concretização do programa de ajuda proposto pelo governo japonês".

Se os "sinais" enviados pelo ministro recém-confirmado pecaram por não incluírem menções claras aos graves problemas internos que impedem a normalização da nossa vida econômica — como as que seriam desejáveis no que se refere ao controle dos gastos públicos — não há dúvidas de que a firmeza de suas declarações no que se refere ao problema externo representa uma importante mudança na posição do governo brasileiro, que certamente terá causado a melhor das impressões entre os credores, assim como causou alívio entre os brasileiros do país real.

Esses sinais alimentam as esperanças dos brasileiros de que estejam próximos do fim os dias de irresponsabilidade, de amadorismo e de infantilidade ideológica que marcaram a gestão da nossa economia ambarcebada, nos últimos três anos, pela minoria fêssil do PMDB. Como não poderia deixar de ser, no mesmo dia em que as palavras do novo ministro da Fazenda eram publicadas pela imprensa brasileira e internacional, os chamados "históricos" (fêsses) do PMDB davam início à sua tradicional campanha de sabotagem dos planos de retorno à realidade, divulgando um documento para afirmar, entre outras coisas, que o governo Sarney, "por suas políticas, práticas e escolhas" (eles se referiam à nova opção pelo racional, pelo melhor em matéria de economia), afastou-se do PMDB, "ao qual cabe fazer oposição às decisões que contrariam o seu programa".

Não é de hoje que o Brasil conhece o vezo "dogmático" desse PMDB que, como os soviéticos de outrora, prefere insistir no erro mesmo diante dos resultados, apenas para manter-se fiel às bobagens que, um dia, algum "ideólogo" achou por bem deixar escritas, mesmo que elas tenham sido escritas em um documento, dito "programa", cujos autores jamais sonharam aplicar: queriam apenas conquistar votos fáceis com ele. Como todo organismo vivo, contudo, a nação brasileira, que tem de continuar vivendo, conta com os anticorpos necessários para expelir de seu organismo qualquer corpo estranho que se interpõe a esta sua missão "biológica" fundamental. Assim, ainda que as forças políticas que, facilmente demais, se submetem à ditadura da minoria fêssil do PMDB, não tenham feito esforços decisivos para repor as coisas nos eixos — como poderiam ter feito invocando simplesmente o princípio da legitimidade —, o próprio organismo social brasileiro que a sucumbindo sob os seus dogmas se encarregou — sem grande estardalhaço mas inexoravelmente — de livrar-se dela. Não é, como deixou claro o novo ministro, ainda que indiretamente, por nenhum tipo de "opção ideológica" que voltaremos a buscar um relacionamento saudável com a comunidade financeira internacional assim como não foi por isto que "aquele" PMDB declarou a sua moratória, mas como no primeiro caso por necessidade e por um tipo de interesse que fica ainda mais difícil de esconder depois do acordo obtido civilizadamente pelo México, por exemplo.

"Aquele" PMDB, que ainda sonha com o poder, no entanto, não pode assumir inteiramente o seu meticuloso fracasso e reconhecer os custos que estamos pagando pela aplicação do seu "programa"; pela maldadada moratória do sr. Funaro (que se tornou inevitável depois que ele dilapidou nossas reservas cambiais); pelo contencioso comercial com os Estados Unidos, criado e patrocinado pelos fêsses do MCT e da SEI, que está custando milhares de empregos a brasileiros que o sr. Severo Gomes nem sabe que existem; pela paralisação dos investimentos produtivos; pelo recorde de concordatas e falências do ano de 1987; pelo archocho salarial agravado pelo archocho fiscal e pela explosão do déficit público que ainda não sabemos onde nos poderá levar. Para "aquele" PMDB, nenhum desses funestos efeitos da aplicação do seu "programa" é suficiente para justificar que tentamos outro caminho. Não é isso que compromete a fidelidade dos próprios peemedebistas não dogmáticos com o "programa" do partido. Segundo os "históricos" (fêsses), ou seja, o grupo que, depois do estelionato eleitoral do Plano Cruzado, abocanhou a fatia mais gorda do poder impondo a sua ditadura não só ao resto do partido mas, o que é muito pior, a todo o Brasil, por meio do controle de todos os ministérios estratégicos do governo (e hoje eles ainda mantêm pelo menos 14 deles) do qual emanavam as políticas que estão nos matando economicamente. Segundo "aquele" PMDB são "as práticas de clientelismo e fisiologia que desmoralizam a função pública e fazem a sociedade decrer das instituições e dos governantes".

Está mesmo cheio de razão o sr. Mário Covas, líder dos "históricos", quando diz que "o que falta ao PMDB neste momento é dignidade, caráter, democracia interna e compostura". Obviamente o sr. Covas — que como todos os outros "históricos" não é, nem de longe, virgem em atos clientelísticos e fisiológicos — se referia ao "outro" PMDB. Mas quem se enquadra melhor em seu diagnóstico do que aqueles que diante dos trágicos resultados dos seus atos e da sua arbitrariedade irresponsável vêm-se na inexorável contingência de serem apedoados ou pelo menos afastados de um poder que nunca receberam dos eleitores, renegam os seus próprios atos e responsabilidades (com a esperada exceção do sr. Orestes Quéricia que, diante do documento dos "históricos", teve a coragem de declarar que "o PMDB e o governo, com os erros e acertos, e tem de assumir esta responsabilidade"? A quem falta dignidade e caráter se não aos que tentam apresentar aquilo que o resultado da sua incompetência lhes impôs como uma opção nobremente lapidada e livremente assumida na vã tentativa de esconder o fato vergonhoso de que querem ser os primeiros a abandonar o navio que, por sua exclusiva responsabilidade (a não ser pela negligência do "capitão"), vai indo à pique, e que, ainda por cima, prometem sabotar as tentativas de salvar o navio? A quem falta compostura senão aqueles que, declarando-se traídos em seus "princípios" mais caros, se recusam a abandonar a sigla na qual ainda vêm a única canoa na qual permanecer ou voltar a alcançar o poder para abraçar uma outra que identifique claramente esses "princípios" que querem tão "inflexíveis"? A quem faltam as qualidades que o sr. Covas enumera senão aos que anunciam o seu afastamento do governo e a sua entrada "na oposição" mas não abrem mão dos estratégicos ministérios que continuam ocupando e que pretendem continuar usando como instrumentos para a sabotagem da volta ao realismo econômico?

Por se ter abandonado nas mãos deste grupo; por tê-lo deixado empurrar o Brasil para o buraco onde estamos hoje, o presidente Sarney viveu a sua desgraça política. Só impedindo-o decididamente de barrar o caminho de volta do Brasil à realidade e à civilização ele poderá redimir parte dos seus pecados.

Os aliados da Revolução

Octávio Thyrsso de Andrade

Em artigo divulgado recentemente no Jornal do Brasil o marxista paulista, professor Florestan Fernandes, tornado deputado constituinte pela legenda do PT, confirma que o Partido Clerical Revolucionário é o magno cirenú dos esquerdistas. Diz-nos o mestre: "Onde estão os principais aliados das esquerdas? Nos sacerdotes democráticos, nas sociedades ditas da sociedade civil e que refinaram o seu ardor político no enfrentamento (sic) com a ditadura, nos setores radicais dos partidos da ordem, nos 'progressistas' ou 'social-democráticos'". (As aspas são do professor).

Os "sacerdotes democráticos" são os propagandistas da Teologia da Libertação, denominados "cristo-marxistas" na imprensa francesa, aos quais preferimos intitular clérigos revolucionários por terem militância insurrecional permanente. A seita existe em vários países do Terceiro Mundo e conta com abundantes recursos proporcionados por doadores nem sempre bem identificados. A amplitude do movimento é exposta em reportagens publicadas em Figaro-Magazine de outubro último sob a assinatura do jornalista Jacques Bonomo. O falecido papa Paulo VI teria formulado o lema sob o qual se aglutinam os heréticos: Ubi Lenia, ibi Jerusalem (Onde está Lenine, encontra-se Jerusalém). Açófrica ou não — diz-nos o repórter francês — a fórmula é correta, pois os cristo-marxistas do mundo inteiro fazem a peregrinação à atual Jerusalém leninista: Manágua, capital da Nicarágua.

Na terra do ditador Daniel Ortega é ministro de Exterior o padre Miguel d'Escoto filiado à congregação missionária norte-americana Maryknoll. A denominação é a da localidade onde a ordem tem sede, situada nas imediações de Ossining, Estado de Nova York. A reportagem informa que a confraria, "riquíssima e misteriosa", fez de seus membros os "calceiros-viajantes do liberalismo". O respectivo superior, padre William Boteler, não recebe qualquer um. O representante de Figaro-Magazine só conseguiu audiência com ele após informá-lo dos nomes dos "cristo-marxistas" que já havia entrevistado: Leonardo Boff, Pedro Casaldáliga e outros... O padre d'Escoto fundou em Maryknoll a editora "Orbis Book" cujo catálogo inclui os seguintes títulos: "Jesus in Latin America", do liberacionista salvadoreño Jon Sobrino S.J.; "Christianity and Revolution", por Tomas Borge, ministro de Interior da Nicarágua; "A Chicano Theology", de Andre Guerrero, destinada a "conscientizar" os hispano-americanos e, finalmente, "Black Theology", a bíblia dos "cristo-marxistas" sul-africanos. Ao ser indagado pelo jornalista se, através da presença de Miguel d'Escoto no ministério de Ortega, poder-se-ia afirmar que um Maryknoll participa de governo marxista, o irmão Boteler respondeu: — "Em certo sentido, sim", não esclarecendo, porém, o significado da expressão "em certo sentido".

"Uma verdadeira multidão de padres, de religiosos e religiosas, autóctones e estrangeiros, ocupa postos importantes no aparelho governamental sandinista, bem como nos serviços técnicos e de assistência e nas 'organizações populares'. Apóiam eles, por todos os meios, o 'processo', isto é, o regime revolucionário marxista da Nicarágua" — escreve Bonomo. A melhor imagem do que são, na Nicarágua, os "sacerdotes democráticos" do professor Fernandes não é dada pelo jovem diácono que levou ao altar "como oferenda no dia de sua ordenação, juntamente com a Bíblia, as obras completas de Marx e uma metralhadora" ("L'Église du Nicaragua à l'épreuve", padre Francis Francou, S.J. citado por Bonomo).

No El Salvador os "sacerdotes democráticos" da visão do petista Fernandes, ou seja, os integrantes do Partido Clerical Revolucionário, apóiam a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional, mantida por Manágua e Havana, cuja meta é implantar no país o regime cubano. A opção subversiva dos padres "libertadores" salvadoreños é enunciada com eloquência pelo padre basco Ignacio Ellacuria, S.J.: "Alguns bispos confiam no presidente Duarte e não na Frente Farabundo Martí por ser esta última uma organização marxista. A nossa posição é inversa".

Na Guatemala disseminam-se as "comunidades eclesiais de base" tal como ocorre no Brasil. O chefe liberacionista local, padre secular Andres Gijon, disse ao francês que a Igreja dos primeiros tempos "era subversiva, porque propugnava a derubada do poder opressivo dos Imperadores Romanos".

Na visita às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, na floresta amazônica, o jornalista encontrou entre os guerrilheiros um sacerdote que adotou o codinome de Camilo Lopes em ho-

menagem ao padre Camilo Torres, morto de armas na mão em 1966.

Na África do Sul, o Partido Clerical Revolucionário serve-se do movimento anti-apartheid para tentar instaurar na região um regime de tipo soviético. Ao apartheid entre raças quer substituir o apartheid entre classes. O bispo católico sul-africano Denis E. Hurley escreveu "que a maior parte dos cristãos ativistas locais tem como base a Teologia da Libertação e utiliza uma análise histórico-materialista". A reportagem conta que o Conselho Ecumênico das Igrejas ajuda financeiramente os guerrilheiros da SWAPO e os Teólogos da Libertação do mundo inteiro. O grupo terrorista chefiado por Olivier Tambo é considerado pelos cristo-marxistas sul-africanos como a única organização "válida" para negociações com Pretória. A entidade imprime na Alemanha Oriental o jornal "Sechaba" e tem em seu comitê diretor o agente da KGB originário da Letônia, coronel Joe Slovo, condecorado em 1986 com a Ordem de Lenine. O braço armado do grupo, "Umkhonto we Sizwe" (A Lança da Nação), inventou a "queima de negros adversos ao marxismo enfiando-os em pilhas de pneus incendiados. Ao protestar contra os atentados o pastor Hoffman atribuiu a responsabilidade do ocorrido a teólogos libertadores.

No Chile, o teólogo libertador Ronaldo Muñoz diz que a militância política na extrema-esquerda é indissociável da "opção preferencial pelos pobres". O Deus dos demais católicos "é concebido como um super-Pinochet do Universo", ironiza Muñoz.

O repórter assistiu nas Filipinas a um "batismo revolucionário", oficiado por um seminarista guerrilheiro "libertador", ao fim do qual os padrinhos da criança foram presenteados com cartuchos do fuzil M 16. Como o jornalista estranhasse não pronunciarem o nome de Deus na cerimônia, o seminarista respondeu: "Não é preciso. Deus acha-se presente em toda a parte e, portanto, também, no batismo revolucionário". E os cartuchos? indagou Bonomo. "Matar o próximo ou o inimigo é justificável em situação de violência institucional. Ao tomarmos armas estamos persuadidos de honrar o Todo-Poderoso" — respondeu o "sacerdote democrático".

No Brasil, os agentes do Partido Clerical Revolucionário estariam ainda na etapa inicial da "empregada desestabilizadora" — opina Bonomo. Talvez eu disto — comenta o jornalista — levando em conta que o País tem a maior comunidade católica do mundo os "cristo-marxistas" terão força para empurrá-lo para o campo socialista. Ai então a face do mundo seria outra...

Bonomo ouviu do frade Leonardo Boff elogios à expressão "insurreição evangélica" inventada por dom Pedro Casaldáliga. O franciscano de Petrópolis disse que Marx foi e continua a ser útil aos crentes. "Marx nos ajuda a compreender os mecanismos sociais e assim concorre para a libertação dos pobres", teria declarado o teólogo. O bispo Casaldáliga expressou-se em termos veementes: "O importante é o exemplo que dá a toda a América Latina a Nicarágua ao atacar de frente o dragão do imperialismo e do capitalismo. E afronta o cowboy Reagan que limpou a m... de suas botas na bandeira americana!". O bispo do Araguaia, "sonhador sob a pala de seu quept amarelo", concluiu: "Em certos momentos a barba dos apóstolos pode confundir-se com a de Fidel Castro, sem qualquer impropriedade".

Os soviéticos consideram os sacerdotes-democráticos aliados na construção da sociedade socialista porque os teólogos libertadores aceitam como necessária a revolução social. A afirmativa consta de artigo publicado em janeiro de 85 na revista russa Voprosi Filosofii (Questões de Filosofia) assinado por V. M. Pasiki (Figaro-Magazine 24/X/87, pag. 26).

Ao fim de seu artigo no JB o sr. Florestan Fernandes dá como provável a implantação do socialismo nos países capitalistas periféricos ("é a via que tende a proliferar (sic) — são os termos que usa). O acontecimento tornar-se-ia inevitável — conclui o professor — devido à intolerância fechar "todas as saídas, menos as que são criadas revolucionariamente pelas massas populares e pelas classes trabalhadoras". (O grifo é nosso).

O Partido Clerical Revolucionário e as Comunidades Eclesiais de Base, organizações subversivas de âmbito internacional, terão papel primordial na oportunidade aludida pelo deputado esquerdistas.

Octávio Thyrsso de Andrade é escritor e jornalista.

SÃO PAULO PERGUNTA

Correio Braziliense retoma as "polonetas" e comete injustiças

Sr.: "No Correio Braziliense de 6/188, na página 2, 3ª coluna, sob o título 'Polonetas', há uma referência à minha pessoa. Está ali registrado que, em seu parecer favorável ao arquivamento do Inquérito 360-3-DF, resultante dos trabalhos de uma comissão parlamentar de inquérito promovida pelo então deputado Herbert Levy, o subprocurador e o procurador-geral da República opinaram no sentido de que meu depoimento foi 'incapaz de precisar ato concreto de consciente desvio de verba para si ou para terceiros, por parte das autoridades governamentais, ou ato funcional ditado na atenção de interesses ou caprichos pessoais etc.'. Esse jornal acrescenta (Polonetas III), que 'a justiça, enfim, mostra que tudo era falsidade'. Essa conclusão do jornal é particularmente irônica se levarmos em conta que o título do sulto é 'Polonetas' — rótulo notório de um dos mais fantásticos escândalos divulgados nestes últimos anos, escândalo que nos custou mais de dois bilhões de dólares de rombo, acrescidos de juros não pagos (a soma total deve hoje andar pelos 2,5 bilhões de dólares); e que, como era de esperar, termina precisamente no silêncio do esquecimento.

As alegações citadas, do procurador-geral, encampadas por essa folha, levantam dúvidas quanto à minha intervenção no caso. Conseqüentemente, quero valer-me do direito de resposta assegurado pela legislação em vigor, que solicito a essa prestigiosa folha seja atendida.

Em primeiro lugar, jamais pretendi nem poderiam pretender os que no Jornal O Estado de S. Paulo e no Parlamen-

to denunciaram a ardilosa burla tivesse havido qualquer 'desvio de verba'. O fato concreto não é esse. É que o Brasil, em seu comércio vinculado com a Polónia, forneceu-lhe créditos aproximados de dois bilhões de dólares a juros subsidiados, de que resultou, à custa do Tesouro e para a firma de que era sócio o então secretário-geral da Sepian, um lucro avaliado em aproximadamente 200 milhões das preciosas notinhas verdes. Foi essa tratanda que se tornou vulgarmente conhecida como 'Polonetas' ou 'pécoras polacas'... Isso ocorreu quando já se tornara evidente que o governante comunista polaco, já então repudiado pelo povo polonês no histórico e admirável protesto encabezado pelo movimento 'Solidariedade', eram incapazes de respeitar os compromissos assumidos com o nosso país. Naquela época, aventei três hipóteses para explicar a aberrante política seguida pelas autoridades do Itamaraty, do Banco Central, do Ministério da Fazenda e da Secretaria do Planejamento, de se obstinar a emprestar dinheiro aos salafários quando a Polónia já demonstrava estar falida: 1) burrice; 2) preconceito ideológico favorável ao comércio com o Leste; 3) safadeza. As pessoas que se interessavam pelo caso podiam escolher qualquer das alternativas que não eram, aliás, mutuamente exclusivas.

Quando a ser eu 'incapaz de precisar ato concreto de consciente desvio de verba', é evidente que as circunstâncias tornavam essa incapacidade real. E pelos seguintes motivos: ao tempo em que exerci a chefia da embaixada em Varsóvia (1979-1981), fui mantido na ignorância das suspensíveis negociações que se realizavam entre as autoridades dos dois países, sendo que as brasileiras eram então orientadas pelo secretário da Colsete, posteriormente promovido a embaixador por merecimento; e meus repetidos e encarecidos avisos ao então

chanceler eram recebidos com o bocejo de tédio de quem não resiste à tentação de uma sonequinhana...

A moral de toda essa história lamentável faz-me recordar uma velha anedota. Foram dizer a um ingênuo gallego que sua digníssima esposa tinha um amante, com o qual se iria encontrar a tal hora, em tal hotel. O marido enganado finalmente se atreveu a alugar um quarto do hotel, ao lado daquele apontado pela denúncia. Olhou pelo buraco da fechadura. Viu entrar sua mulher, seguida de um homem. Ouviu e reconheceu as vozes. Percebeu que ambos se despiam. Mas o buraco da fechadura não permitia alcançar a cama... Ó, dúvida atroz! J. O. de Meira Penna, embaixador, antigo chefe da missão diplomática em Varsóvia.

IPU: quem aceita o apelo do secretário?
Sr.: "Do secretário Lembo: ... me permito dar um conselho cívico aos contribuintes: vamos recolher o IPTU e compreender que esta cidade tem custos elevadíssimos. Qualquer aventura poderá ser muito onerosa. Estamos querendo o IPTU, que este grande domínio que é São Paulo possa sobreviver".
Permito-me fazer um apelo cívico à Prefeitura e à Câmara: vamos reduzir o IPTU e entender que o povo tem sofrido pesadas perdas salariais (20 a 50% em média) e que muitos não poderão pagar o imposto. Não temos obrigação de sustentar o clientelismo descarado nem as aventuras onerosas, as obras faraônicas do sr. Jânio. Estamos querendo, com a redução do IPTU, que o direito de o povo de São Paulo ter onde morar possa subsistir. Flávio Patrício Doro, Capital.